

## **PROJETO BÁSICO**

### **- ORIENTAÇÕES GERAIS -**

#### **- REFORMA E CONSTRUÇÃO DE GUARITA NA ESCOLA MUNICIPAL AUTA DE SOUZA -**

Convênio nº 294/2025 – Emenda Parlamentar Estadual nº 819/2024

Processo SEI nº 202500005013661

JATAÍ – GO  
2026

#### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Demonstrativo das fontes de recurso e respectivos valores .....	12
Tabela 2 - Composição de prazos para a execução contratual .....	18
Tabela 3 - Quantidade mínima para comprovação de execução .....	26

#### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Local de execução da obra .....	20
Quadro 2 - Serviço para comprovação de qualificação técnico operacional e profissional .....	28

## SUMÁRIO

REFERÊNCIA .....	5
1. APRESENTAÇÃO .....	5
1.1. Da definição do tipo de atividade .....	5
1.2. Do Processo .....	6
2. DO OBJETO .....	6
3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO .....	7
4. DA ESTIMATIVA DE VALOR.....	8
4.1. Da metodologia de custos estimados .....	9
4.2. Da aplicação do Benefício de Despesas Indiretas (BDI) .....	10
4.3. Dos recursos financeiros .....	11
4.4. Da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato .....	12
4.4.1. Do reajustamento em sentido estrito .....	13
4.4.2. Do realinhamento.....	15
5. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA OBRA.....	17
5.10. Do local de execução da obra .....	19
5.11. Do horário de execução dos serviços.....	20
6. DA CONTRATAÇÃO.....	21
7. APRESENTAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S).....	21
8. DA VISTORIA.....	23
9. DA HABILITAÇÃO .....	25
9.1. Da habilitação jurídica .....	25
9.2. Da qualificação técnica.....	25
9.2.7. Da qualificação técnico-operacional .....	26
9.2.8. Da qualificação técnico-profissional.....	27
10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	30
11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	34
12. DAS MEDIÇÕES.....	36
13. DO PAGAMENTO .....	38

14. DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO .....	40
15. DA SUBCONTRATAÇÃO .....	41
16. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO .....	42
17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	44
18. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA SUSTENTABILIDADE .....	44
19. DA ACESSIBILIDADE E ATRIBUIÇÕES DIVERSAS.....	45
20. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS .....	47
21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	47
22. DO RECEBIMENTO DA OBRA.....	48
23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	50

## REFERÊNCIA

---

**Processo Administrativo de referência**  
20483/2026

**Documento de Formalização da Demanda**  
DFD nº 025/2026/SMOPU

### **Demandante**

Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano

### **Estudo Técnico Preliminar**

ETP nº 015/2026/SMOPU

### **Solução escolhida/ Objeto**

Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução da reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, no Município de Jataí/GO, compreendendo serviços de adequação de infraestrutura, drenagem pluvial, intervenções em elementos construtivos existentes e execução de nova edificação destinada à guarita, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e demais insumos necessários, com recursos provenientes do Convênio nº 294/2025, vinculado à Emenda Parlamentar Estadual nº 819/2024, no âmbito do Processo SEI nº 202500005013661, conforme Plano de Trabalho aprovado.

---

## **1. APRESENTAÇÃO**

Com base nos fundamentos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, este Projeto Básico e seus anexos visam fornecer elementos e subsídios que viabilizem a contratação de empresa de engenharia para a execução da reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, no Município de Jataí/GO.

### **1.1. Da definição do tipo de atividade**

Em conformidade com as análises desenvolvidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 015/2026/SMOPU, o objeto da presente contratação caracteriza-se como **obra de engenharia**, consistindo na execução de reforma da infraestrutura da Escola Municipal Auta de Souza, com construção de guarita e implantação e/ou adequação do sistema de drenagem pluvial.

A classificação decorre da natureza das intervenções previstas, que envolvem a execução de serviços típicos de obra civil, tais como demolições controladas, recomposição de

elementos construtivos, execução de estruturas em concreto e/ou metálicas, implantação de dispositivos de drenagem pluvial e construção de edificação de pequeno porte destinada ao controle de acesso, conforme definido nas peças técnicas de engenharia.

Trata-se, ainda, **de obra classificada como comum**, considerando que os serviços previstos correspondem a soluções técnicas convencionais da engenharia civil, amplamente difundidas no mercado, com métodos executivos padronizados, possibilidade de definição objetiva do objeto por meio de projetos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, e baixo grau de incerteza técnica relevante.

Dessa forma, a **caracterização do objeto como obra comum de engenharia** fundamenta a adoção das diretrizes técnicas, jurídicas e operacionais estabelecidas neste Projeto Básico, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas aplicáveis à execução de obras públicas.

## **1.2. Do Processo**

A presente contratação observará o regime jurídico estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e será processada por meio da modalidade **concorrência**, sob o critério de julgamento **menor preço**, com regime de **execução por empreitada por preço unitário**, sendo **vencedora a proposta** que apresentar o **menor valor global**.

## **2. DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução da reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, no Município de Jataí/GO, compreendendo a execução de nova fachada de acesso, construção de guarita, implantação e adequação de cobertura, execução de sistema de drenagem pluvial, recomposição de piso em concreto, execução de mureta para nivelamento, bem como a realização de serviços complementares, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, encargos, mobilização/desmobilização e demais insumos necessários à completa execução do objeto, em estrita conformidade com os projetos,

memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram este Projeto Básico.

A execução dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, **sob regime de empreitada por preço unitário**, conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico e demais peças técnicas do processo e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A presente demanda justifica-se pela necessidade de requalificação e adequação das condições físicas e funcionais da área de acesso da Escola Municipal Auta de Souza, no Município de Jataí/GO, diante da existência de inadequações construtivas e operacionais que comprometem a organização do fluxo de entrada e saída, o controle de acesso, a segurança dos usuários e a adequada utilização do espaço escolar, configurando situação que demanda intervenção para preservação do interesse público.

A Escola Municipal Auta de Souza constitui importante equipamento público voltado à prestação do serviço educacional no Município, sendo utilizada diariamente por alunos, professores, servidores e comunidade escolar em geral, desempenhando papel essencial na garantia do direito fundamental à educação e no desenvolvimento social local.

Nesse contexto, as condições atualmente verificadas na área de acesso e entorno da unidade escolar, caracterizadas pela ausência de estrutura adequada de controle de entrada, inexistência de guarita, deficiências na cobertura, inadequações no sistema de drenagem pluvial e irregularidades no piso e nivelamento, têm ocasionado dificuldades operacionais, exposição a intempéries, acúmulo de águas pluviais e comprometimento das condições de segurança e conforto dos usuários. Tal situação, além de prejudicar o adequado funcionamento da unidade escolar, pode ocasionar riscos à integridade física de alunos e servidores, bem como a deterioração progressiva dos elementos construtivos, caso não sejam adotadas medidas corretivas estruturadas.

A intervenção proposta, consistente na execução de nova fachada de acesso, construção de guarita, implantação e adequação de cobertura, execução de sistemas de captação e drenagem de águas pluviais, construção de mureta para nivelamento da entrada das salas, recomposição de piso em concreto e realização de serviços complementares, visa restabelecer condições adequadas de uso, segurança, acessibilidade, conforto e durabilidade da edificação, garantindo melhor organização do espaço escolar, maior controle de acesso e adequada utilização do equipamento público.

Ressalta-se que a presente contratação encontra respaldo no dever do Poder Público de assegurar condições adequadas para o pleno funcionamento das unidades escolares e para a prestação do serviço público educacional, em conformidade com os princípios constitucionais da educação, bem como nas diretrizes de melhoria contínua da infraestrutura escolar adotadas pela Administração Pública Municipal.

Adicionalmente, a intervenção atende aos princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e da preservação do patrimônio público, na medida em que promove a correção de inadequações existentes, evita o agravamento de problemas construtivos, reduz a necessidade de intervenções futuras de maior custo e assegura melhores condições operacionais para a unidade escolar.

Dessa forma, a contratação configura-se como medida de relevante interesse público, necessária à melhoria da infraestrutura da Escola Municipal Auta de Souza, ao reforço das condições de segurança e controle de acesso, à adequação funcional dos espaços e à preservação do patrimônio público, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DA ESTIMATIVA DE VALOR**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 100.567,50** (cento mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias que integram o presente processo.



#### **4.1. Da metodologia de custos estimados**

A estimativa de custos da presente contratação foi elaborada com base nos quantitativos de serviços levantados a partir dos projetos técnicos, memorial descritivo e demais documentos que integram o presente processo, contemplando os serviços de reforma e requalificação da área de acesso da Escola Municipal Auta de Souza, incluindo a construção de guarita, execução de nova fachada, implantação e adequação de cobertura, execução de sistemas de drenagem pluvial, recomposição de piso em concreto, execução de mureta para nivelamento e demais serviços complementares, observando-se rigorosamente os princípios da precisão orçamentária, da transparência e da economicidade.

Para a composição dos custos unitários e do valor global da obra, foram adotadas, como referência principal, as tabelas oficiais de custos de obras públicas, notadamente o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, complementadas pela base AGETOP CIVIL (atual GOINFRA), garantindo maior aderência às especificidades regionais e à natureza dos serviços executados.

Nos casos em que não foram identificadas composições compatíveis nas bases oficiais, ou quando necessário para melhor refletir as condições reais de mercado, foram realizadas cotações junto a fornecedores e empresas do ramo, devidamente documentadas, de modo a assegurar a fidedignidade dos preços adotados e a compatibilidade com os valores praticados no mercado.

Destaca-se que os custos estimados contemplam todos os insumos necessários à execução integral do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, custos indiretos, bem como demais despesas inerentes à execução da obra, conforme detalhamento constante nas planilhas orçamentárias integrantes do processo.

Adicionalmente, a metodologia adotada considerou a utilização de composições de custos atualizadas, com **data-base dezembro de 2025**, correspondente às referências utilizadas nas tabelas SINAPI e AGETOP CIVIL aplicadas aos serviços relevantes da obra, assegurando a compatibilidade dos valores com a realidade de mercado à época da elaboração,

com base nas referências mais atualizadas disponíveis e complementadas por cotações de mercado recentes, quando necessário.

Ainda, foi adotado BDI compatível com a natureza da contratação, em conformidade com os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 – TCU, assegurando a adequada composição dos custos indiretos e a viabilidade econômico-financeira da futura contratação.

Dessa forma, a estimativa orçamentária apresenta-se tecnicamente fundamentada, metodologicamente consistente e compatível com os parâmetros de mercado, atendendo aos requisitos legais e às boas práticas de engenharia de custos aplicáveis às contratações públicas.

#### **4.2. Da aplicação do Benefício de Despesas Indiretas (BDI)**

- 4.2.1.** As composições de custos unitários adotadas na elaboração do orçamento contemplam, de forma incorporada, todos os encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a mão de obra, bem como os encargos complementares, em conformidade com as metodologias das tabelas de referência utilizadas, especialmente o SINAPI, garantindo a adequada formação do custo direto da obra.
- 4.2.2.** O Benefício e Despesas Indiretas (BDI) aplicado à presente contratação foi fixado em **28,80% (desonerado)**, conforme demonstrado em planilha analítica específica constante dos autos, elaborada com base em parâmetros técnicos compatíveis com a natureza da obra, incluindo administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, tributos incidentes e margem de lucro, em conformidade com as diretrizes do Acórdão nº 2.622/2013 do TCU.
- 4.2.3.** A definição do BDI observou parâmetros técnicos compatíveis com obras de natureza semelhante, bem como as boas práticas de engenharia de custos e referenciais adotados por órgãos de controle, de modo a assegurar a exequibilidade contratual, a modicidade dos preços e o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação.

**4.2.4.** Ressalta-se que não se aplica BDI diferenciado (reduzido) para fornecimento de materiais ou equipamentos isolados, uma vez que o objeto constitui obra de engenharia executada em regime de empreitada, com fornecimento integrado de materiais e serviços, caracterizando solução técnica indivisível, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle.

**4.2.5.** O percentual de BDI adotado encontra-se devidamente justificado em planilha específica constante dos autos, considerando a natureza da contratação, os tributos incidentes, riscos, despesas indiretas e margem de remuneração, em conformidade com as boas práticas de engenharia de custos.

#### **4.3. Dos recursos financeiros**

As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com recursos oriundos de **emenda parlamentar estadual nº 819/2024**, operacionalizada por meio do **Convênio nº 294/2025**, bem como por **recursos próprios do Município de Jataí**, a título de contrapartida financeira, conforme demonstrado no Quadro de Composição do Investimento – QCI que integra o presente processo.

A referida emenda parlamentar encontra-se vinculada à execução da reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza, nos termos do objeto pactuado, observando-se as diretrizes legais aplicáveis, bem como os mecanismos de controle, acompanhamento e prestação de contas exigidos para a aplicação de recursos públicos.

Os recursos financeiros estão devidamente assegurados e vinculados à execução do objeto, garantindo a viabilidade orçamentária e financeira da contratação, em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal, do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o detalhamento das classificações orçamentárias, dos elementos de despesa, das fontes de recurso e das respectivas dotações constará dos atos formais de empenho e do instrumento contratual, conforme informações a serem lançadas pelas unidades competentes, observada a prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Os valores destinados por cada fonte de recurso estão demonstrados na Tabela 1, a seguir:

Fonte	Recurso
Estado de Goiás (Convênio nº 294/2025 – Emenda Parlamentar nº 819/2024)	R\$ 50.000,00
Município de Jataí (Contrapartida)	R\$ 50.567,50

Tabela 1 - Demonstrativo das fontes de recurso e respectivos valores

Dessa forma, evidencia-se que a presente contratação possui lastro financeiro devidamente comprovado, com definição clara das fontes de custeio e compatibilidade com o objeto pactuado, atendendo aos requisitos legais e assegurando a regularidade da execução orçamentária e financeira.

Ressalta-se que a execução da despesa observará a regular disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as normas de execução orçamentária e financeira vigentes.

#### **4.4. Da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**

Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê as seguintes formas de alteração dos preços contratuais:

- reajustamento em sentido estrito, conforme inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- repactuação, conforme inciso LIX do art. 6º e art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- realinhamento, conforme alínea “d”, inciso II, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Na presente contratação não será admitida a repactuação, pois não se tratam de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.

Assim, poderá ser realizado o reajustamento em sentido estrito e o realinhamento, não ficando adstritos exclusivamente a aumentos, devendo a **contratada** apresentar à SMOPU as eventuais reduções de preços advindos de reajuste ou de realinhamento.

Qualquer solicitação de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser apresentada durante a sua vigência contratual.

Ressalta-se, por fim, que a Administração deverá zelar pela manutenção da vantajosidade da contratação, verificando, sempre que necessário, a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado, nos termos da legislação aplicável.

#### **4.4.1. Do reajustamento em sentido estrito**

**4.4.1.1.** Considera-se reajustamento em sentido estrito, ou simplesmente reajustamento, a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato consistente na aplicação de índice de correção monetária previamente estabelecido, com a finalidade de recompor a variação efetiva dos custos de produção, nos termos do inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.4.1.2.** Para fins de reajustamento, consideram-se os seguintes critérios:

- a) Índice de reajustamento:** Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- b) Data-base:** dezembro de 2025 (correspondente às referências de custos utilizadas nas composições dos serviços relevantes);
- c) Período:** a cada 12 (doze) meses;

**4.4.1.3.** Os preços apresentados pela licitante vencedora serão irreeajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data-base. Após esse período (ou seja, a partir do aniversário da data-base do orçamento), os mesmos poderão ser reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação prevista no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), mediante aplicação da seguinte expressão matemática:



$$R = \frac{L_i - L_0}{L_0} \cdot V$$

Onde **R** é o valor do reajustamento por item (R\$), **L<sub>i</sub>** é o Índice de reajustamento correspondente ao mês de aniversário da data-base do orçamento (%), **L<sub>0</sub>** é o Índice de reajustamento correspondente ao mês da data-base do orçamento (%) e **V** é o valor do saldo contratual a ser reajustado (R\$).

**4.4.1.4.** A **contratada** é a responsável por apresentar a solicitação de reajuste à **contratante**, devendo apresentar, no mínimo:

- a) o percentual a ser aplicado, devendo ser embasado no item 4.4.1.3 deste Projeto Básico;
- b) a medição acumulada dos serviços executados, com a devida assinatura do responsável técnico da empresa **contratada**, em caso de obras e serviços de engenharia, e do fiscal do contrato;
- c) a planilha orçamentária com a indicação do saldo quantitativo e financeiro, anterior à aplicação de reajustamento, para todos os itens/serviços contratados;
- d) a planilha orçamentária, em formato editável (exemplo: .xls ou .xlsx) e não editável (exemplo: .pdf), que apresente a memória de cálculo do reajustamento efetuado e demonstre os novos preços unitários e o novo valor total do contrato, **devendo demonstrar, ainda, quando for o caso, a compatibilidade do período pleiteado com a execução contratual e que eventual atraso na execução não decorreu de culpa exclusiva da contratada, quando esse aspecto for relevante para a análise do pedido;**

**4.4.1.5.** Não serão aceitos reajustes para serviços em que haja atrasos por culpa exclusiva da **contratada**, tomando como referência o planejamento aprovado pela **fiscalização/ gestão** quando do início da execução.

- 4.4.1.6.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **contratante** pagará à **contratada** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 4.4.1.7.** Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.4.1.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 4.4.1.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, sobre estrita observância ao item 4.4.1.5.
- 4.4.1.10.** A formalização da alteração dos preços dos contratos decorrente de reajustamento será realizada por meio de simples apostila, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4.2. Do realinhamento**
- 4.4.2.1.** Considera-se realinhamento a forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro de contrato, utilizada em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4.2.2.** O realinhamento deve ser apresentado de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo que tenha sido efetivamente impactado pelo fato gerador do desequilíbrio, sendo vedada a aplicação de índice sobre o valor global do contrato.
- 4.4.2.3.** Destaca-se que a simples variação dos preços divulgados nos sistemas de custos referenciais (SINAPI, SICRO, GOINFRA, entre outras) não autoriza a formalização de realinhamento.

- 4.4.2.4.** Os preços dos itens, dos serviços ou dos insumos do contrato que tiverem sido objeto de realinhamento terão suas datas-bases atualizadas à data do fato gerador do desequilíbrio.
- 4.4.2.5.** O realinhamento deve ser aplicado quando a execução de obras e serviços de engenharia for obstada por circunstâncias alheias à **contratada**, em conformidade com o § 2º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 4.4.2.6.** A **contratada** é a responsável por apresentar eventual solicitação de realinhamento à **contratante**, devendo juntar, no mínimo:
- a) demonstração do fato gerador do desequilíbrio de forma que fique comprovado o caráter extraordinário do pleito, devendo ser apresentado de forma individualizada para cada item, serviço ou insumo;
  - b) indicação da data a partir da qual pretende-se aplicar o realinhamento, podendo ser indicadas datas diferentes em caso de o pedido abarcar mais de um item, serviço ou insumo;
  - c) comprovação do novo valor para cada item, serviço ou insumo a ser realinhado, que demonstre a elevada evolução dos preços no mercado;
  - d) planilha orçamentária com a indicação do saldo quantitativo e financeiro, anterior à aplicação de realinhamento, para cada item, serviço ou insumo a ser alterado;
  - e) planilha orçamentária, em formato editável (exemplo: .xls ou .xlsx) e não editável (exemplo: .pdf), acompanhada da memória de cálculo de cada item, do serviço ou do insumo a ser realinhado, que demonstre os novos preços unitários e o novo valor total do contrato.
- 4.4.2.7.** A solicitação da **contratada** será avaliada pelo fiscal do contrato, ou por outro profissional devidamente capacitado, devendo apresentar manifestação técnica observando, dentre outros aspectos, se:
- a) o fato gerador do desequilíbrio se amolda aos previstos no § 2º do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;





b) a alteração de preços não poderia ser abarcada por um reajuste, nas hipóteses em que seja possível a sua realização.

**4.4.2.8.** Ademais, na análise dos pedidos de realinhamento não deve ser avaliada a preservação da margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

**4.4.2.9.** A concessão de realinhamento dependerá da comprovação, pela **contratada**, da ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou de consequências incalculáveis, ou ainda de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, que impacte diretamente os custos do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser demonstrado o nexo causal entre o evento ocorrido e a efetiva inviabilidade da execução contratual nas condições originalmente pactuadas.

## **5. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA OBRA**

**5.1.** A licitante deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro juntamente à **proposta**, baseando-se no modelo adotado pela **contratante** nos documentos técnicos presentes nos autos da fase preparatória do processo licitatório (cronograma físico-financeiro), devendo respeitar o prazo global estabelecido, admitindo-se apenas ajustes de compatibilização técnica, sem alteração do prazo total da obra.

**5.1.1.** O referido documento será submetido à aprovação pela fiscalização.

**5.2.** Caberá à **contratante** emitir a Ordem de Serviço **em até 30 (trinta) dias após o firmamento do contrato**.

**5.2.1.** O prazo estipulado para a emissão da Ordem de Serviço poderá ser prorrogado pelo Município, mediante justificativa técnica devidamente motivada, em razão de fatos supervenientes ou situações devidamente comprovadas.

- 5.3.** Os serviços deverão ser iniciados em até 30 (trinta) dias, após o recebimento da ordem de serviço (O.S) emitida pela **contratante**.
- 5.3.1.** O descumprimento injustificado do prazo de início poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.
- 5.4.** O prazo para execução da obra será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do efetivo início dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, compatível com a natureza dos serviços de reforma previstos no objeto.
- 5.4.1.** O prazo poderá ser ajustado mediante justificativa técnica devidamente aprovada pela fiscalização, observados os limites legais.
- 5.4.2.** A recusa da **contratada** em assinar a Ordem de Serviços (OS), ou ainda, por qualquer meio, retardar ou dificultar seu recebimento será considerada causa de rescisão contratual, com aplicação de penalidades previstas na Lei e no contrato firmado.
- 5.5.** O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses consecutivos**, a contar da data da assinatura do contrato.
- 5.5.1.** Para a definição do prazo de vigência do futuro contrato, considerou-se a necessidade de contemplar todas as etapas da execução contratual, desde as providências preliminares para início dos serviços, passando pela execução da obra, até a formalização dos recebimentos provisório e definitivo. A Tabela 2 apresenta a composição desses prazos, parciais e acumulados, adotados como de referência para o planejamento e acompanhamento do contrato.

Ação	Prazo	
	Parcial	Acumulado
Prazo para providências anteriores à autorização de início da execução contratual	Até 30 dias	30 dias
Prazo para a empresa iniciar os serviços após receber a Ordem de Serviços	Até 30 dias	60 dias
Prazo para a execução da obra	Até 30 dias	90 dias
Prazo para emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até 30 dias	120 dias
Prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até 90 dias	210 dias

Tabela 2 - Composição de prazos para a execução contratual

- 5.6.** Considerando que o prazo acumulado de referência é inferior a 12 (doze) meses, adota-se, por padronização administrativa e segurança jurídica, vigência contratual de 12 (doze) meses, suficiente para abarcar a emissão da ordem de serviço, o início da execução, a execução da obra e os recebimentos provisório e definitivo.
- 5.7.** Considerando tratar-se de contrato por escopo, cuja extinção somente se opera com a conclusão do objeto e o respectivo recebimento, o prazo de vigência poderá ser prorrogado, na forma da lei, quando o objeto não for concluído no período inicialmente pactuado, observados os pressupostos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.8.** A prorrogação, no entanto, deverá ser precedida de requerimento devidamente fundamentado, com análise técnica da fiscalização, no qual constem, de forma clara e objetiva: (a) a indicação expressa do novo prazo necessário à conclusão do objeto; (b) a exposição circunstanciada das causas que impediram a conclusão no período originalmente pactuado; e (c) a análise quanto à responsabilidade pelo atraso.
- 5.9.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalmente registradas por simples apostila, nos termos do art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 5.10. Do local de execução da obra**
- 5.10.1.** Os serviços serão executados na **Escola Municipal Auta de Souza**, localizada na Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Área 01, Setor Santa Terezinha, Jataí/GO, conforme indicado nos projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos integrantes do processo.

- 5.10.2.** Para fins de correta identificação do local da intervenção, adotam-se as seguintes coordenadas geográficas, extraídas dos documentos técnicos vinculados ao CREA-GO, no sistema geodésico SIRGAS 2000, conforme Quadro 1 abaixo:

Endereço	Coordenadas geográficas aproximadas	
	Latitude	Longitude
Rua Santa Maria, Quadra 13-A, Área 01, Setor Santa Terezinha, Jataí/GO	17°52'23,27"S	51°42'47,35"O

Quadro 1 - Local de execução da obra

- 5.10.3.** Registra-se que a identificação do imóvel também consta, em documentos ambientais e administrativos vinculados ao processo, com referência complementar à sua localização em esquina com a Rua Santa Helena e proximidade com a Praça Paris, no mesmo setor, tratando-se do mesmo empreendimento e área de intervenção, conforme compatibilização das informações constantes nas peças técnicas, memoriais e documentos oficiais.

## **5.11. Do horário de execução dos serviços**

- 5.11.1.** Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h e, aos sábados, das 8h às 12h.
- 5.11.2.** Nos casos em que houver necessidade, seja por fatores técnicos, logísticos e operacionais, a **contratada** poderá executar os serviços em fins de semana, jornadas noturnas, feriados, desde que autorizadas e acordadas com o setor de fiscalização e/ou responsável pela unidade, para que sejam tomadas as providências cabíveis.
- 5.11.3.** A execução dos serviços deverá, sempre que possível, ser compatibilizada com o calendário escolar, priorizando períodos de recesso e férias, ou, quando necessário, mediante isolamento adequado das áreas de intervenção, de modo a não comprometer a segurança dos usuários nem o regular funcionamento das atividades escolares, conforme diretrizes da fiscalização e da gestão da unidade.

**6. DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1.** O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o regime de **execução por empreitada por preço unitário**, conforme definido no art. 6º, inciso XXVIII, do referido diploma legal.
- 6.2.** Para fins de julgamento, será considerada **vencedora** a proposta que apresentar o **menor valor global**, resultante da soma dos preços unitários multiplicados pelos respectivos quantitativos constantes da planilha orçamentária, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, operacionais e de habilitação previstas no edital e seus anexos.
- 6.3.** A **contratada** somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia da **contratante**, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 6.4.** Todas as informações detalhadas dos serviços citados acima estão contidas nos autos do processo licitatório.

**7. APRESENTAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S)**

- 7.1.** A(s) proposta(s) de preço(s) deverá(ão) contemplar os seguintes documentos:
- 7.1.1.** **Carta proposta**, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;
- 7.1.2.** **Planilha orçamentária**, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário e preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração, **com todos os valores truncados a duas casas decimais**;
- 7.1.3.** **Cronograma físico-financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;

- 7.1.4.** **Composição de BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo fornecido. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;
- 7.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.3.** A licitação será realizada em item único, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .xlsx ou outro formato editável previsto no Edital, devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.
- 7.4.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 7.5.** Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) após a fase de lances:
- a) propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Projeto Básico;
  - b) propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
  - c) propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado, conforme valor total previsto, em que dada a oportunidade, a licitante não consiga comprovar a perfeita exequibilidade da proposta;
  - d) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Projeto;
  - e) formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;
  - f) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital; e
  - g) contiverem vícios insanáveis.
- 7.6.** Estarão disponíveis na página oficial eletrônica do Município ([www.jatai.go.gov.br](http://www.jatai.go.gov.br)) os arquivos digitais contendo o conjunto de projetos de

engenharia e arquitetura, bem como especificações técnicas e planilhas para o objeto desta licitação.

- 7.7. Será exigida a garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.**
- 7.8. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.**
- 7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.**
- 7.10. Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.**
- 7.11. As licitantes deverão considerar, para formulação de suas propostas, a análise prévia e minuciosa de todos os documentos técnicos disponibilizados pela Administração, inclusive projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro. Eventuais dúvidas, inconsistências ou insuficiências percebidas deverão ser objeto de pedido de esclarecimento ou impugnação, nos prazos legais. Eventuais alterações contratuais supervenientes somente serão admitidas nas hipóteses legalmente cabíveis, devidamente justificadas e formalizadas, não se prestando a suprir erro imputável ao licitante na formulação de sua proposta.**

## **8. DA VISTORIA**

- 8.1. Antes de preparar a sua proposta de preços, a licitante poderá vistoriar os locais informados e tomar conhecimento dos serviços que englobam a presente contratação.**

- 8.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no 1º dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 8.3.** A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 13h às 17h, **devendo ser previamente agendada** com a Equipe Técnica da Secretaria de Obras pelo telefone **(64) 3605-2975**, pelo e-mail [engenharia.obras@jatai.go.gov.br](mailto:engenharia.obras@jatai.go.gov.br) ou diretamente na Superintendência de Engenharia da SMOPU, na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria, Jataí – GO.
- 8.4.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 8.4.1.** O licitante, ou o seu representante, poderá estar acompanhado de especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta, devendo, não obstante, estarem munidos a apresentar os mesmos documentos exigidos no item 8.4.
- 8.5.** A citada vistoria será acompanhada por um membro da Equipe Técnica da SMOPU e ao final será emitido ao licitante o “atestado de vistoria”, o qual deverá ser entregue na fase de habilitação da licitação ou, alternativamente, declaração de dispensa de vistoria, nos termos do item 8.7.
- 8.6.** O licitante examinará as áreas e tomará ciência das características e peculiaridades da obra, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.
- 8.7.** **Caso o licitante opte por não realizar a vistoria in loco, na fase de habilitação da licitação deverá apresentar “Declaração” formal, assinada pelo responsável técnico ou representante do licitante, afirmando que conhece as condições locais para execução do objeto e as peculiaridades inerentes à natureza do trabalho.** Além disso, nesse documento deve assumir total responsabilidade pela não realização da vistoria técnica e declarar que não utilizará dessa condição para



quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

- 8.8.** Independentemente de realizar ou não a vistoria prévia, alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais, de projetos ou de amostras porventura disponibilizadas, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras ou para reivindicar qualquer benefício de forma a desobrigar a execução do objeto.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

### **9.1. Da habilitação jurídica**

- 9.1.1.** Conforme termos e documentação listados no Edital.

### **9.2. Da qualificação técnica**

- 9.2.1.** Para fins de verificação dos atestados, **serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução**, entre outros.
- 9.2.2.** Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.
- 9.2.3.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. Toda a documentação será avaliada rigorosamente pelo corpo técnico do Município.
- 9.2.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, a **contratante** solicitará documentação complementar (contratos, atestados, etc.) a respeito da qualificação técnica de eventual subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do contrato. Demais exigências e procedimentos referentes à subcontratação estão dispostas no tópico 15 deste projeto básico.

**9.2.5.** Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar o Município com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

**9.2.6.** Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

**9.2.7. Da qualificação técnico-operacional**

**9.2.7.1.** A licitante deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obra ou serviço de edificação predial, com características semelhantes e com complexidade equivalente ou superior ao do objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestados, em nome do próprio licitante (empresa), como contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, compreendendo os itens e quantidades contidas na Tabela 3, a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Mín.
01	Piso em concreto desempenado espessura = 7cm	m <sup>2</sup>	71,00
02	Forma chapa de compensado plastificado 17mm	m <sup>2</sup>	32,91
03	Estrutura metálica convencional em aço tipo ar 350/ASTM A572 G50 com fundo anticorrosivo	Kg	142,57

Tabela 3 - Quantidade mínima para comprovação de execução

**9.2.7.2. Critério de definição das parcelas:** os itens listados acima estão classificados como de valor significativo para a execução da obra, estando acima dos 4% do valor total da contratação, conforme previsão estatuída no Art. 67, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo de fato os itens de maior impacto na obra, que exigirá da **contratada** mobilização adequada para seu cumprimento.



- 9.2.7.3.** Os quantitativos exigidos estão de acordo com o disposto no art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021 que limita a exigência de quantitativos até 50% do total de cada parcela.
- 9.2.7.4.** Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e, quando cabível, estar acompanhados do respectivo registro no conselho profissional competente, devendo ser apresentados em papel timbrado, com identificação e endereço da emitente, nome completo do signatário e demais informações sujeitas à verificação de veracidade pelo Município. Além disso, deverão ter as seguintes informações:
- a) Descrição das características técnicas das obras ou serviços;
  - b) Atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;
  - c) Firmado por representante legal do contratante;
  - d) Indique sua data de emissão;
  - e) Mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/RRT).
- 9.2.8. Da qualificação técnico-profissional**
- 9.2.8.1.** A licitante deverá apresentar o **registro ou inscrição do(s) responsável(eis)** técnico(s) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente;
- 9.2.8.2.** Apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, em nome do profissional indicado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado(s) do respectivo acervo técnico emitido pelo conselho de origem, em conformidade com a legislação profissional aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. O(s) Atestados

devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os serviços contidos no Quadro 2, conforme ilustrado a seguir:

Item	Descrição do serviço	Profissional
01	Piso em concreto desempenado espessura = 7cm	Engenheiro Civil ou profissional devidamente habilitado pelo conselho profissional competente.
02	Forma chapa de compensado plastificado 17mm	
03	Estrutura metálica convencional em aço tipo ar 350/ASTM A572 G50 com fundo anticorrosivo	

Quadro 2 - Serviço para comprovação de qualificação técnico operacional e profissional

**9.2.8.3.** Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no Quadro 2, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

**9.2.8.3.1.** Profissional Engenheiro Civil ou profissional de ensino superior ou técnico devidamente habilitado pelo conselho profissional competente, detentor do(s) Acervo(s) ou Registro(s) de Responsabilidade Técnica pela execução do serviço referente aos itens do Quadro 2, emitido(s) pelo seu respectivo conselho de origem;

**9.2.8.3.2.** A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA;
- c) Certidão do CAU;
- d) Contrato Social;
- e) Contrato de prestação de serviços;

- f) Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
- g) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a adjudicado.

**9.2.8.4.** Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigido(s) no Quadro 2, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is) – Engenheiro Civil ou profissional com habilitação técnica equivalente.

**9.2.8.5.** A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.

**9.2.8.6.** O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

**9.2.8.7.** Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.

**9.2.8.8.** Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, conforme segue:

- a) Declaração formal da licitante**, indicando o responsável técnico – Engenheiro Civil - para execução e acompanhamento dos serviços.

- b) **Declaração formal da licitante**, a qual o responsável técnico pelo objeto da licitação **deverá** ser o mesmo da comprovação de atestado técnico-profissional.
- c) **Declaração de vistoria** informando que realizou vistoria(s) no(s) local(is) de prestação de serviços ou **declaração informando que assume os riscos da não realização dessa faculdade**, conforme já disposto no item 8.7.
- d) **Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e egressos do sistema prisional.
- e) **Declaração Formal informando a disponibilidade de máquinas/ferramentas**, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.
- f) **Relação dos compromissos assumidos** pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico relativo aos profissionais constantes dos documentos de comprovação da capacidade técnico-profissional da **contratada**, bem como do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento indicados para a realização do objeto da licitação, bem como de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2.** O contrato será regido pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 10.3.** A **contratada** terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

- 10.3.1.** Ser responsável pela execução de todos os serviços contidos no memorial descritivo, em conjunto com a planilha orçamentária, em cumprimento aos termos deste Projeto Básico;
- 10.3.2.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da contratação, tais como: materiais, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, e quaisquer outras pertinentes ao bom desempenho da execução dos serviços, isentando a **contratante** de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 10.3.3.** A **contratada** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **contratante**;
- 10.3.4.** A **contratada** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, dentro do prazo de vigência contratual;
- 10.3.5.** Cumprir todas as obrigações, principalmente no que compete ao cumprimento do prazo de execução dos serviços e cronograma estabelecido neste Projeto Básico;
- 10.3.6.** Submeter à aprovação da Secretaria de Obras e Planejamento, antes do início dos trabalhos, a relação nominal indicada junto com a habilitação técnica de seu corpo técnico envolvido com a execução dos serviços;
- 10.3.7.** Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). A **contratante** poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da **contratada**, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;

- 10.3.8.** Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços, inclusive em eventuais trabalhos subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados pela **contratante**, todos os erros, vícios e falhas comprovadas, mesmo após a execução dos serviços;
- 10.3.9.** **Providenciar o registro da ART de execução da obra/ serviço de engenharia junto ao CREA, bem como regularização da obra/ serviço de engenharia junto a outros órgãos competentes** (Prefeitura, Receita Federal, INSS, etc.), entregando uma cópia à Fiscalização, para fins de registro e comprovação das condições estabelecidas. Nesse caso, a **contratada** deverá apresentar a ART ou RRT da obra/serviços, objetos do contrato, no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela SMOPU;
- 10.3.10.** Submeter à Fiscalização, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;
- 10.3.11.** Obedecer a todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes a execução de obras/ serviço de engenharia, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, entre outras;
- 10.3.12.** Após recebimento provisório da obra, e até o seu recebimento definitivo, a **contratada** deverá se responsabilizar por sanar todas as imperfeições detectadas pela Fiscalização;
- 10.3.13.** Responder, sempre que solicitado ou exigido pelo órgão ambiental local ou pela Fiscalização Municipal, devendo prestar informações completas sobre a caracterização dos resíduos produzidos na realização dos trabalhos, transporte e disposição final; e
- 10.3.14.** A **contratada** não poderá contratar parentes (até o terceiro grau) de dirigente do órgão ou entidade **contratante** ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato. Não poderão, também, participar da execução do objeto do certame as pessoas descritas no art. 9º da Lei Federal 14.133, de 2021.



- 10.3.15.** A **contratada** deverá observar, durante a execução contratual, as reservas legais de vagas e demais exigências de inclusão social e laboral eventualmente aplicáveis, nos termos da legislação específica e desde que presentes os respectivos pressupostos legais e regulamentares.
- 10.3.16.** A **contratada** fornecerá todos os materiais necessários à execução eficiente dos serviços descritos neste projeto básico. Os materiais utilizados deverão ser aptos, novos (sem uso) e originais (quando for o caso). Na hipótese da substituição de qualquer material fornecido pela **contratada**, por motivo de imperfeição, o mesmo deverá ser repostado, sem ônus para o Município.
- 10.3.17.** Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender aos padrões especificados e às normas da ABNT.
- 10.3.18.** Inscrever a Obra no **Cadastro Nacional de Obras – CNO** da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades (devendo ocorrer antes da 1ª medição), em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, ou declarar sua dispensabilidade na forma da lei, se for o caso.
- 10.3.19.** **Aceitar**, nas mesmas condições contratuais, **acréscimos ou supressões de até 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os **acréscimos será de 50%** (cinquenta por cento), conforme previsão do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.3.20.** Sem prejuízo do disposto no item anterior, as partes poderão promover alterações contratuais com acréscimos ou supressões em percentuais superiores aos limites ali previstos, como corolário da interpretação sistemática do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **desde que tais alterações decorram de acordo formal entre a Administração e o contratado, observado, cumulativamente, que:**

- a) a alteração seja devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, com demonstração clara da necessidade superveniente;
- b) reste comprovado que a modificação atende ao interesse público, apresentando-se como a solução mais vantajosa à Administração em comparação com alternativas como rescisão e nova contratação;
- c) a alteração não desnature o objeto originalmente contratado, preservando sua finalidade, natureza e identidade essencial;
- d) sejam mantidas as condições de habilitação do contratado e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado;
- e) haja manifestação expressa da autoridade competente, precedida de análise técnica e jurídica, com a devida motivação administrativa.

As alterações consensuais previstas neste item devem ser formalizadas por meio de **termo aditivo específico**, observados os princípios da legalidade, motivação, economicidade, eficiência e transparência.

- 10.3.21.** Executar, quando necessário e aplicável à fase de execução, os procedimentos operacionais e providências administrativas relacionadas ao licenciamento da obra, sem prejuízo das competências institucionais da Administração Pública.
- 10.3.22.** Retirar até 15 (quinze) dias após o recebimento dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de obra limpas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1.** A **contratante** terá, dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
  - 11.1.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da **contratada**;

- 11.1.2.** Fornecer toda a documentação técnica (projetos, especificações e outros), necessária para a execução dos serviços;
- 11.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, em conformidade com as condições e termos definidos neste Projeto Básico e anexos;
- 11.1.4.** O Município de Jataí terá o dever de **emitir resposta expressa e fundamentada** a todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, no **prazo de 1 (um) mês**, contado da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação por igual período, mediante motivação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a boa execução do contrato.
- 11.1.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Secretaria de Obras, especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.1.6.** Realizar medições periódicas mensais (ou outro período acordado) e atestar, por meio do representante designado (fiscal) as Notas Fiscais emitidas pela **contratante**, após verificação da efetiva execução dos serviços;
- 11.1.7.** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações contidas neste Projeto Básico e seus Anexos;
- 11.1.8.** Dar prosseguimento aos procedimentos internos visando à aplicação de penalidades previstas em Contrato, bem como efetuar notificações/advertência, quando necessário;
- 11.1.9.** Assegurar o livre acesso dos empregados da **contratada** no local de execução da obra/ serviços;
- 11.1.10.** Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas pela **contratada** todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;



- 11.1.11.** Inspecionar todos os materiais utilizados pela **contratada** para execução da obra/serviços;
- 11.1.12.** Apresentar, sempre que solicitado pela **contratada**, detalhes e/ou especificações adicionais que porventura se fizerem necessários;
- 11.1.13.** Verificada a ocorrência de alteração do cronograma da obra/serviços, conforme o disposto no § 5º do art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por mais de 01 (um) mês, a Administração deverá divulgar, no site eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra/ serviço, o aviso público de obra paralisada, o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

## **12. DAS MEDIÇÕES**

- 12.1.** As medições dos serviços serão realizadas, pela **fiscalização**, mediante solicitação expressa da **contratada**, que deverá dar entrada formalmente no pedido ao Órgão.
- 12.2.** As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos (ou outro período a ser combinado entre as partes), a partir da Ordem de Início dos Serviços.
- 12.3.** A **contratada** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, instruída com os seguintes elementos:
  - a) relatório escrito e fotográfico;
  - b) cronograma refletindo o andamento da obra/ serviço; e
  - c) as medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como memórias de cálculo, desenhos, catálogos (quando for o caso) etc.
- 12.3.1.** Somente poderão ser considerados para efeito de medição os serviços efetivamente executados pela **contratada** e aprovados pela **fiscalização**,

respeitadas as especificações do Projeto Básico e seus anexos, bem como das normas técnicas aplicáveis.

- 12.4.** Sob pena de não realização, a **contratada** deverá apresentar regularmente as medições no fechamento do período correspondente a execução dos serviços, no máximo até o segundo dia útil subsequente a essa data.
- 12.4.1.** Caso contrário, se não houver justificativa para o atraso na apresentação da medição, poderá a **fiscalização** optar por não receber a medição atrasada e recebê-la apenas junto da próxima medição subsequente na próxima data prevista para medição.
- 12.4.2.** Casos fortuitos ou de força maior que ensejem a realização de medições em discordância com o planejamento da obra aprovado deverão ser devidamente justificados.
- 12.5.** A **contratante** terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da planilha de medição pela **contratada**, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.
- 12.6.** A aprovação da planilha de medição apresentada pela **contratada** não a exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 12.7.** As medições serão acompanhadas por representantes da **contratante** e da **contratada**, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante da **contratante**.
- 12.8.** As medições serão realizadas em conformidade com a quantidade de serviços executados pela **contratada**, **em conformidade com o regime de execução de empreitada por preço unitário**, podendo ser total ou parcial, diante das averiguações constatadas “in loco” pelo fiscal/responsável técnico da Secretaria de Obras;

**12.8.1.** A “Administração Local da Obra” será medida em percentual proporcionalmente aproximado à evolução financeira dos serviços de execução da obra/ serviço de engenharia;

**12.9.** Após constatação do valor total ou parcial pela **fiscalização**, a **contratada** poderá emitir a nota fiscal correspondente à medição e enviar ao setor de fiscalização, acompanhada dos comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais e fiscais, para fins de “atesto” e envio aos demais setores competentes.

### **13. DO PAGAMENTO**

**13.1.** Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a **contratada** solicitará à Secretaria de Obras e Planejamento a realização da “medição” dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela Fiscalização, a **contratada** apresentará nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa pelo Município, mediante ordem bancária.

**13.2.** As notas fiscais e demais documentos deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Itarumã, nº 355, Setor Santa Maria – Jataí-GO, na Secretaria de Obras e Planejamento Urbano.

**13.3.** O pagamento será efetuado pela **contratante**, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante do Município na Nota Fiscal apresentada pela **contratada**, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

**13.3.1.** Em caso de irregularidade fiscal, a Prefeitura notificará a empresa **contratada** para que sejam sanadas as pendências no **prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, caso solicitado formalmente pela contratada**. Findado este prazo sem que haja a regularização por parte da empresa vencedora ou a apresentação de defesa aceita por esta Prefeitura, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do Edital. Além disso, o

Contrato e/ou outro documento equivalente estará passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas no Edital, no Projeto Básico e no contrato.

- 13.3.2.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo de que trata o item anterior, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 13.3.3.** A devolução da fatura não aprovada para pagamento por esta Prefeitura não servirá de motivo para que a **contratada** suspenda total ou parcialmente a prestação de serviços ou deixe de arcar com suas obrigações junto aos seus funcionários.
- 13.4.** O prazo de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor designado para este fim, e depois de satisfeitas todas as condições previstas no Edital.
- 13.5.** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **contratada**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, em conformidade com o previsto no Edital ou Contrato.
- 13.6.** A **contratante** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no ato convocatório, logo, estará eximida de quaisquer ônus, direitos ou obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias.
- 13.7.** Para fins de pagamento, deverão ser apresentados os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos pela legislação vigente, bem como aqueles definidos no edital e pela fiscalização do contrato, podendo ser solicitada documentação complementar sempre que necessário para verificação da regular execução contratual.
- 13.7.1.** Será exigida também a documentação de regularidade de eventuais subcontratadas.

- 13.8.** Constatada a conformidade dos serviços prestados com as especificações e quantidades previstas no instrumento convocatório e proposta apresentada, o Fiscal do Contrato atestará o recebimento mediante assinatura na respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 13.9.** **A Prefeitura Municipal de Jataí** poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela **contratada**, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- a) Descumprimento de obrigação relacionada ao objeto contratado;
  - b) Não cumprimento das obrigações acessórias, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **contratada** atenda à cláusula infringida; e
  - c) Obrigações da **contratada** com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a Administração.
- 13.10.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.
- 13.11.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa — como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência — o pagamento ficará sobrestado até que a **contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **contratante**.
- 13.12.** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.
- 14.** **DA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO**
- 14.1.** Nos termos expostos no Estudo Técnico Preliminar deste objeto, **não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio para a presente licitação.**





**15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 15.1.** Poderão ser subcontratadas parcelas do objeto cuja execução demande especialização técnica específica ou que, por prática usual de mercado, sejam normalmente executadas por empresas especializadas, **limitadas a 35% (trinta e cinco por cento)** do valor contratual, salvo justificativa técnica superveniente aceita pela Administração.
- 15.2.** Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor (vidros, marcenaria, serralharia, entre outros).
- 15.3.** A subcontratação depende de autorização prévia da **contratante**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 15.4.** Sempre que for exigível, a empresa **contratada** deverá apresentar à Administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.
- 15.5.** Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.
- 15.6.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade do Município ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 15.7.** As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra ou no local de execução dos serviços, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à **contratada**, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

- 15.8.** No caso de serviços cuja execução requeira notória especialização técnica, assim entendidos aqueles em que a executante deve preencher condições específicas – legais, técnicas ou profissionais, se exigível pela **contratante**, a empresa licitante deverá apresentar a qualificação técnica da empresa subcontratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.8.1.** **Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica subcontratada no CREA** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro do seu prazo de validade, da qual constem seus responsáveis técnicos, respeitadas as competências exigidas para os serviços subcontratados; e
- 15.8.2.** **Demonstração da capacidade técnica**, através da apresentação de atestado(s), que comprove(m) ter a subcontratada executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou, ainda, para empresas privadas, serviços técnicos especializados assemelhados àqueles, objeto da subcontratação. Não serão aceitos atestados emitidos pela **contratada** ou pela própria subcontratada, a seu favor.
- 15.9.** As empresas subcontratadas para fornecimento/instalação de equipamentos deverão ser obrigatoriamente a fabricante dos equipamentos ou assistência técnica autorizada pelo fabricante.
- 16. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**
- 16.1.** Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Secretaria de Obras, aos quais competirá a **gestão e fiscalização** dos mesmos.
- 16.2.** As atribuições do **gestor de contrato** serão conforme Portaria específica ou por norma que vier a substituí-la.
- 16.3.** As atribuições do gestor e do(s) fiscal(is) do contrato observarão a legislação vigente, os regulamentos municipais aplicáveis e o ato formal de designação, sem prejuízo das competências previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 16.4.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 16.5.** A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da **contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **contratante** ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 16.6.** A **contratante** poderá determinar a paralisação da obra/serviço, por motivo de relevante ordem técnica e de segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência a suas determinações, cabendo à **contratada**, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes.
- 16.7.** Qualquer erro ou imperícia na execução, constatado pela **contratante** obrigará à **contratada**, a sua conta e risco, a corrigir ou reconstruir a parte impugnada do serviço, sem prejuízo de ação regressiva contra quem lhe tiver dado causa.
- 16.8.** A **contratante** poderá rejeitar métodos e serviços ou exigir a retirada do local da obra, de operário, funcionário, engenheiro, mestre de obra, etc. que não esteja exercendo suas tarefas ou não se comportando a contento, cabendo a **contratada** substituí-lo dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação que lhe for feita, ou refazer os serviços impugnados, correndo por sua conta todas as despesas.
- 16.9.** A **contratada** declara conhecer nos seus expressos termos, que essa fiscalização é meramente supletiva e relacionada com a execução do presente Contrato, não implicando em exoneração da responsabilidade da mesma em solidariedade perante terceiros. Os serviços impugnados pela fiscalização da **contratante**, no que concerne a sua execução ou à qualidade dos materiais fora do especificado,

não poderão ser faturados ou, se o forem, deverão ser glosados nas faturas correspondentes.

## **17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** As infrações administrativas e as respectivas sanções observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo das disposições complementares previstas no Edital e na Minuta Contratual.

## **18. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E DA SUSTENTABILIDADE**

**18.1.** Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como o Código Florestal Brasileiro, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas na Resolução Conama Nº 307, de 5 de julho de 2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

**18.2.** A empresa **contratada** deverá efetuar a destinação dos resíduos sólidos em conformidade com as resoluções vigentes do CONAMA, bem como do plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Jataí, nos termos da Lei Municipal nº 3.085, de 1º de setembro de 2010 (alterada pela Lei Municipal nº 4.544, de 14 de abril de 2023).

**18.3.** Os serviços prestados pela **contratada** deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **contratante**.

**18.4.** A qualquer tempo a **contratante** poderá solicitar à **contratada** a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo

vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

- 18.5.** Consta do bojo do processo a **Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental nº 575/2025**, emitida em 17 de setembro de 2025 pelo órgão ambiental competente do Município de Jataí, com validade até 31 de dezembro de 2026, a qual concluiu pela dispensa de licenciamento ambiental para a execução da reforma e construção de guarita na Escola Municipal Auta de Souza. Devendo a execução dos serviços observar integralmente as condicionantes e diretrizes estabelecidas no referido documento, bem como eventuais exigências supervenientes dos órgãos ambientais competentes.
- 18.6.** Ressalta-se que, na hipótese de alteração das características da obra ou dos serviços inicialmente previstos, deverá ser requerida nova análise junto ao órgão ambiental competente, nos termos da legislação vigente.
- 18.7.** Os materiais básicos empregados pela **contratada** deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.
- 19. DA ACESSIBILIDADE E ATRIBUIÇÕES DIVERSAS**
- 19.1.** Em acordo com o inciso VI do art. 45 da Lei nº 14.133, de 2021, os projetos contemplam os principais requisitos e exigências das leis e normas técnicas de acessibilidade, como autonomia, conforto e segurança. Tais parâmetros de acessibilidade estão previstos no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.



- 19.2.** Caberá ao licitante vencedor a instalação de todos os equipamentos, acessórios, componentes ou outros materiais a serem feitos por técnico especializado, bem como:
- a) Executar, com o emprego de mão-de-obra apropriada, fornecendo material adequado e utilizando os equipamentos mais indicados, todas as obras e serviços de engenharia listados na Planilha de Serviços e Preços da licitação, em conformidade com os projetos básicos e executivos;
  - b) Os preços unitários da **contratada** deverão corresponder a serviços prontos, considerando incluídas todas e quaisquer despesas diretas e indiretas sobre eles incidentes;
  - c) Emprego de mão-de-obra apropriada, especializada ou não;
  - d) Fornecimento dos materiais especificados, e perdas de qualquer natureza;
  - e) Utilização de todas as ferramentas e equipamentos apropriados, necessários à execução dos serviços;
  - f) Preparo dos locais de trabalho, incluindo montagem e retirada de andaimes e escoramentos, quando for o caso;
  - g) Desobstrução, acertos, arremates ou reparos antes ou depois da execução do serviço;
  - h) Movimentação e transportes internos dentro da obra;
  - i) Suprimento de água e energia elétrica, qualquer que seja a utilização ou o local;
  - j) Iluminação das áreas de trabalho;
  - k) Impostos e encargos sociais trabalhistas em geral;
  - l) Despesas referentes às importações de materiais e equipamentos;
  - m) É de responsabilidade da **contratada** fazer rigoroso exame das condições locais de trabalho, para estimar eventuais custos adicionais, os quais deverão ser considerados nos seus preços.

**19.3.** Ao término da execução contratual, caberá à **contratada** retirar, sem ônus adicional para a Administração, os equipamentos, materiais, instalações provisórias e demais elementos sob sua responsabilidade, promovendo a adequada limpeza do local e assegurando a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, materiais removidos e itens inservíveis, nos termos da legislação aplicável.

**20. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

**20.1.** Sempre que a fiscalização entender necessário, poderá ser exigida da **contratada** a apresentação de relatório técnico detalhado dos serviços executados, para fins de registro, memória técnica, acompanhamento da garantia e instrução do recebimento do objeto.

**20.2.** A **contratada** se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo - TRD**.

**20.3.** As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no prazo de 24 horas da solicitação.

**21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**21.1.** A **contratada** deverá prestar garantia, por meio de **caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato**, conforme disposto no art. 96 c/c art. 98 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 21.2.** A Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **contratada**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.
- 21.3.** A apólice deverá obedecer às seguintes regras:
- 21.3.1.** o prazo de vigência deverá ser igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato e acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora; e
- 21.3.2.** a garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 21.4.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.
- 21.5.** A **contratante** restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.
- 21.6.** Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.
- 21.7.** **Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme previsão do § 5º do Art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 22. DO RECEBIMENTO DA OBRA**
- 22.1.** Após concluída, a obra será recebida pela Fiscalização, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A **contratada** deverá requerer a realização de **vistoria para fins de recebimento provisório**.



- 22.2.** O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.
- 22.3.** A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de **até 30 (trinta) dias do seu requerimento**. Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, naquela data, o **Termo de Recebimento Provisório - TRP da obra**, circunstanciado e assinado pelas partes.
- 22.4.** Sendo constatada na **vistoria** a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.
- 22.5.** O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo da obra), no prazo de **até 90 (noventa) dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:
- 22.5.1.** Vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra, a ser efetuada no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da obra;
- 22.5.2.** Entrega, pela **contratada**, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da obra - CND, emitida pela Receita Federal, aprovação dos órgãos competentes (se for o caso).
- 22.6.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 22.7.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo **prazo mínimo de 05 (cinco) anos**, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileiras vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção

identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

- 22.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.


**23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 23.1.** Este projeto deverá ser interpretado em consonância com os demais documentos técnicos componentes do Edital, como Memorial Descritivo, Estudo Técnico Preliminar, Planilha Orçamentária, Memoriais Descritivos e outros correlatos. Eventuais divergências entre este Projeto Básico e os demais documentos componentes do Edital poderão ser sanados pela própria Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano ou pela Comissão de Contratação, sempre por meio de formalização prévia (e-mail, correspondência direta etc.).

- 23.2.** A Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Instrução Normativa TCM/GO nº 0009, de 2023, e os regulamentos municipais aplicáveis deverão ser observados para o suprimento de eventuais lacunas e para a adequada interpretação dos documentos da contratação, competindo tanto à Administração quanto aos particulares o fiel cumprimento das normas incidentes, vedada a alegação de desconhecimento.

Jataí, 15 de abril de 2026.

**Responsável técnico:**

Documento assinado digitalmente  
 JOSE VICTOR MACEDO MENEZES  
Data: 17/04/2026 09:59:19-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**JOSÉ VICTOR MACEDO MENEZES**  
Diretor de Análise E Projetos  
Eng. Civil - CREA 1020728434/D-GO